

A. I. N° - 123433.0053/04-6
AUTUADO - CHEKMÁQUINA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - MARIA ANGELICA AZEVEDO POTTES
ORIGEM - IFMT – DAT/METRO
INTERNET - 16/11/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0408-03/05

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO. PAGAMENTO. O pagamento importa a renúncia à faculdade de discutir a lide na esfera administrativa ou a desistência da impugnação, extinguindo o crédito tributário nos termos do art. 156, I do CTN. Defesa do Auto de Infração **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 14/07/05, exige ICMS no valor de R\$824,96 relativo a falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outras unidades da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual em processo de baixa.

O autuado apresenta defesa, fl.40, alegando que as mercadorias eram endereçadas à empresa CHEKMÁQUINA COMÉRCIO e SERVIÇOS LTDA – Matriz, a verdadeira responsável pela aquisição das mercadorias, pois a filial se encontra em processo de baixa de inscrição.

Sustenta que o fato de as notas fiscais terem sido tiradas em nome da filial, não torna a empresa defendente inidônea ou vem demonstrar intenção de infringir os artigos legais do RICMS, sendo assim, afirma que houve um grande equívoco por parte de seu fornecedor na troca do número de inscrição, uma vez que o número a ser utilizado deveria ser o da matriz.

Explica que assim que ficou ciente do fato, enviou um despachante para que explicasse o equívoco ocorrido, no entanto, o autuante reforçou que se tratavam de empresas diferentes. Sendo assim, alega que tanto a matriz como a filial estão devidamente qualificadas e são contribuintes ativos, reafirmando, deste modo, que houve um engano, e que o mesmo pode ser resolvido a partir do recebimento da carta de correção de seu fornecedor, ressaltando, por fim, que não houve em momento algum, má intenção, assim não se aplicando as supostas fundamentações legais.

O autuante, através da informação fiscal (fl.44), informa que a ação fiscal baseou-se nas informações cadastrais da SEFAZ, onde consta que a empresa autuada encontra-se com a seguinte situação: “SUSPENSO- PROC.DE BXA./REGULAR”. Diz que , portanto, não poderia estar adquirindo mercadorias, e sendo assim, uma vez detectada a irregularidade de sua inscrição foi lavrado termo de apreensão de mercadorias devidamente enquadrado no Auto de Infração, ressaltando que o imposto foi cobrado sobre a irregularidade e, não, sobre a inidoneidade da empresa.

Aduziu que matriz e filial são empresas distintas para o pagamento do ICMS, visto que possuem inscrições estaduais diferentes e, levando em consideração que o autuado não contesta a infração imposta, ratifica a ação fiscal e solicita que o Auto de Infração seja julgado procedente.

VOTO

Verifico que, apesar de ter sido impugnado o presente lançamento, o autuado em 31/10/2005, reconheceu e pagou todo o débito exigido, conforme extrato SIDAT , deixando portanto de haver controvérsia.

De forma que o pagamento total do débito importa a renúncia a faculdade de discutir a lide na esfera administrativa ou a desistência da impugnação, extinguindo o crédito tributário nos termos do art. 156, I do CTN, transcrito a seguir:

“Art. 156 Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento;”

Considerando que o pagamento foi efetuado, entendo que a defesa fica prejudicada, devendo ser extinto o processo administrativo fiscal.

Em face do exposto, considero PREJUDICADA a defesa, ficando extinto o presente processo administrativo, devendo ser homologado o valor recolhido e o presente processo ser remetido à IFMT-METRO, para adoção das providências da sua competência.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Auto de Infração nº 123433.0053/04-6, lavrado contra a **CHEKMÁQUINA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser homologado o valor recolhido e o presente processo ser remetido à IFMT-METRO para adoção das medidas cabíveis.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de novembro 2005.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

MARIA DO SOCORRO FONSECA DE AGUIAR - RELATORA

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR